

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o impacto fiscal e a repercussão sobre a dívida pública do Auxílio Emergencial pago durante a pandemia do Coronavírus nos anos de 2020 e 2021.

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requero a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública por videoconferência para debater o impacto fiscal e repercussão sobre a dívida pública do Auxílio Emergencial pago durante a pandemia do Coronavírus nos anos de 2020 e 2021.

Para tanto, solicitamos sejam convidados (as):

- Laura Barbosa de Carvalho, professora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e co-autora do estudo “Salvando vidas e a economia: a importância dos gastos públicos na crise causada pela Covid-19”;
- Paulo Guedes, Ministro da Economia;
- Naercio Menezes Filho, economista pesquisador do Centro de Gestão e Políticas Públicas (CGPP) do Insper e
- Renato S. Maluf, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215907174500>



JUSTIFICAÇÃO

Estudo realizado por economistas do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP, intitulado “Salvando vidas e a economia: a importância dos gastos públicos na crise causada pela Covid-19”, assinado pelos economistas Rodrigo Toneto, Matias Cardomingo e Laura Carvalho, faz relevante análise sobre as repercussões econômicas dos gastos públicos no combate ao coronavírus, mais notadamente a transferência de renda realizada via auxílio emergencial. Esses dados merecem amplo debate e consideração pelas autoridades que comandam a política econômica em nosso país, e o parlamento é o ambiente vocacionado a promover esse diálogo, em busca da melhor qualidade do gasto público observando sua finalidade precípua, o crescimento e desenvolvimento do país, garantindo dignidade à sua população.

Os dados encontrados pelos pesquisadores demonstram que os R\$300 bilhões de reais que o governo federal gastou com o auxílio emergencial impediu uma queda maior do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Em um cenário sem o benefício, diz o estudo, a queda do PIB seria de pelo menos 8,4% — 4 pontos percentuais a mais do que o esperado pelo mercado. No pior cenário sem o auxílio, a queda poderia chegar a 14,8%.

Como resume reportagem da Revista *Época* “**Auxílio emergencial segurou a queda do PIB de 2020 em pelo menos 4%, diz estudo**”, do dia 20 de fevereiro de 2021, “equivalente a 4% do PIB, os gastos com o auxílio emergencial seguraram o consumo de muitas famílias que, justamente pela necessidade, tendem a usar todo o dinheiro para a garantir a própria subsistência — fazendo com que o dinheiro circule mais na economia. Essa dinâmica produziu um efeito estabilizador nas receitas do governo, segurando a queda do PIB e, conseqüentemente, ajudando no equilíbrio da relação dívida X PIB. Ou seja: ainda que os gastos com o auxílio emergencial tenham aumentado a dívida brasileira, eles também tiveram um impacto relevante na manutenção do consumo e da produtividade”.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215907174500>



O referido estudo conclui que a relação entre a dívida líquida x PIB não se alterou substancialmente devido ao pagamento do auxílio, devido à repercussão positiva na atividade econômica. “Em 2020, tivemos uma dívida líquida x PIB em torno de 65%. No cenário sem o auxílio, estimamos que esse número cresceria pelo menos mais três pontos percentuais, chegando em 68,6% - algo bem próximo das projeções do Tesouro que, por volta do meio do ano, eram de 70%. Na nossa estimativa, pelo 36% do gasto com o auxílio foi compensado pela receita que deixou de cair justamente por conta dessa transferência de renda”, disse Marina Sanches à publicação.

Para além das repercussões fiscais, é fundamental avaliar eficácia da política pública. O Auxílio Emergencial em 2020 reduziu a pobreza em 23,7% no país. Os dados são do estudo “Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise”, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O benefício já foi pago a 67,7 milhões de pessoas com um investimento de R\$ 224,8 bilhões para reduzir impactos socioeconômicos causados pela pandemia da Covid-19.

Segundo a pesquisa, cinco milhões de cidadãos saíram da linha da pobreza, ou seja, tiveram renda domiciliar per capita maior que meio salário mínimo (R\$ 522,50). O estudo compara os dados até agosto de 2020 com todo o ano de 2019. As regiões mais impactadas foram o Nordeste, onde a pobreza reduziu 30,4%, seguida pelo Norte, com 27,5%. No Centro-Oeste o índice ficou em 21,7%, no Sudeste em 14,2% e no Sul, em 13,9%.

Outro relevante estudo, realizado pelos pesquisadores do Centro de Gestão e Políticas Públicas (CGPP) do Insper, divulgado de forma preliminar por reportagem “***Novo auxílio não é suficiente para cobrir linha de pobreza em nenhum Estado do país, aponta estudo***”, do site da BBC Brasil, do dia 29 de março de 2021, revela que os R\$ 250, em média, que serão pagos no Auxílio Emergencial em 2021, a partir do mês de abril, não são suficientes para cobrir as necessidades básicas dos beneficiários em nenhuma das 27 unidades da federação, seja na zona rural ou nas cidades.



“A conclusão é que o impacto vai ser pequeno: caso não houvesse mudança de comportamento das pessoas com as transferências - se a restrição de renda não levasse algumas pessoas a procurarem emprego, por exemplo -, a pobreza e a desigualdade de renda com o auxílio em 2021 seria próxima àquela de um cenário sem nenhum benefício”, destaca a reportagem.

Uma pesquisa de opinião, realizada pelo Instituto Vox Populi em todo o território nacional, contratada e coordenada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), traz o retrato trágico e desumano desses dados: quase 117 milhões de brasileiros não se alimentam como deveriam, com qualidade e em quantidade suficiente. Destes, 19 milhões não tem nem o que comer.

Pelas relevantes informações acima expostas, com vistas à debater a necessidade da adequação da política pública, peço apoio dos nobres pares para realizarmos esta Audiência Pública.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2021.

Deputado **JORGE SOLLA**
(PT-BA)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215907174500>



* C D 2 1 5 9 0 7 1 7 4 5 0 0 *